

PROJETOS E PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA UFBA: OBJETIVOS E COMPROMETIMENTO COM A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANDRÉIA LÉ DIAS*

I Introdução

Ao longo das últimas décadas, muitas têm sido as discussões acerca do desenvolvimento sustentável. A preocupação voltada para formas de garantir que, nos dias atuais e no futuro, haja um desenvolvimento econômico e social satisfatório, sem comprometer o meio ambiente, abrange as organizações públicas e privadas. Na Administração Pública, programas e projetos têm sido criados no intuito de estimular os gestores para a prática de ações que venham proporcionar o uso racional dos recursos públicos e despertar a responsabilidade socioambiental dos envolvidos. Pode-se mencionar, a esse propósito, o *Programa Agenda Ambiental na Administração Pública*, criado pelo Ministério do Meio Ambiente, que visa à construção de uma nova cultura institucional direcionada para o consumo responsável no âmbito público.

De acordo com Vilhena (1996, apud Hisatugo et al., 2007, p. 3), “a educação ambiental é a mola propulsora de qualquer iniciativa de preservação ambiental, que tenha o cidadão como personagem principal”. Nesse sentido, percebe-se que as Instituições de Ensino Superior (IES), como agente educador, têm papel fundamental no desenvolvimento de ações que possibilitem o envolvimento dos estudantes, funcionários e professores na construção de uma sociedade sustentável. Nesse contexto, a UFBA vem desenvolvendo projetos e programas que seguem na direção da *A3P*, embora

* Mestranda do programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA. Servidora técnico-administrativa da UFBA. Endereço: Rua Genésio Salles, 226. Vila Laura. CEP 40270-240. Salvador, BA. E-mail: <andrealedias@yahoo.com.br>.

eles não tenham sido criados com a finalidade de atender ao programa do Ministério do Meio Ambiente.

Dada a relevância da temática, este artigo tem por objetivo apresentar o *Programa AGUAPURA* e o *Projeto Consumo Consciente e Gestão de Resíduos Sólidos da EAUFBA*, desenvolvidos na Universidade Federal da Bahia, que têm o foco na questão ambiental, bem como identificar se eles estão em conformidade com os eixos temáticos da A3P.

2 Agenda ambiental na Administração Pública (A3P)

“A administração pública tem a responsabilidade de contribuir no enfrentamento das questões ambientais, buscando estratégias inovadoras que repensem os atuais padrões de produção e consumo, os objetivos econômicos, inserindo componentes sociais e ambientais” (MMA, 2013a). Nesse cenário de necessidade de comprometimento do ente público para a promoção de uma gestão socioambiental, surge o *Programa Agenda Ambiental na Administração Pública* que tem como objetivo estimular os gestores públicos a direcionarem a prática das suas ações do cotidiano para o caminho da sustentabilidade ambiental.

A A3P está alicerçada nas orientações do capítulo IV da Agenda 21, no Princípio 8 da Declaração do Rio/92 e na Declaração de Johannesburgo, nas quais recomendam a implantação de programas que visem a promover a reflexão e o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a aplicabilidade do consumo sustentável (Kruker et al., 2009, p. 45).

A *Agenda Ambiental na Administração Pública* surgiu, em 1999, inicialmente, como um projeto do Ministério do Meio Ambiente, e, em 2001, consolidou-se como um programa. Em 2002, recebeu o reconhecimento da Unesco, através do prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria do Meio Ambiente. Diante da relevância do programa, a A3P foi incluída no PPA 2004/2007 e no PPA 2008/2011. “Atualmente, o principal desafio da A3P é promover a Responsabilidade Socioambiental como política governamental, auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável” (MMA, 2013).

Inobstante não haver obrigatoriedade legal à adesão da A3P, muitas instituições já despertaram para a importância de implantar um programa dessa natureza. O programa é extensivo a todas as esferas do governo e, conforme dados apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2013b), cento e setenta e oito instituições participam do programa, sendo

setenta e oito na esfera federal, sessenta na estadual e quarenta na municipal.

A A3P foi estruturada com base em cinco eixos temáticos — uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis.

2.1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Esse eixo procura alertar o gestor público para o uso racional da energia, água e madeira, além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente. “Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional, evitando o seu desperdício” (MMA, 2009, p. 37).

A Administração Pública é grande consumidora de bens e serviços e diante da sua posição de destaque que ocupa na sociedade, torna-se imperativo que ela sirva de exemplo para práticas de ações sustentáveis. Ao implantar ações de combate ao desperdício, através do uso racional dos recursos naturais e bens públicos, a Administração Pública está contribuindo para a redução de custos aos cofres públicos e a minimização de impactos negativos ao meio ambiente.

Estudos comprovam que os recursos naturais estão, cada vez mais, escassos no planeta e essa escassez não é resultado apenas do aumento da população, mas também do consumo exacerbado e inconsciente, característico da sociedade moderna. “No estágio de evolução em que se encontra a humanidade, é pertinente considerar que o sentido final do consumo não é mais, necessariamente, o produto, ou aquilo que foi produzido, antes, sim, o que eles representam” (Kanan, 2011, p. 2). Nesse contexto, percebe-se que o consumo desmedido, muitas vezes, é consequência de uma cultura de valorização da pessoa pelo que se possui, fazendo com que muitos objetos sejam adquiridos não unicamente pela sua necessidade, mas também pelo *status social* que está atrelado a ele. Assim, consome-se cada vez mais e de forma alienante, o que repercute, negativamente, no meio ambiente. As instituições de ensino, como promotora do conhecimento, precisam implantar ações educativas em busca da conscientização ambiental.

O desafio atual é o de formular uma educação ambiental, ao mesmo tempo crítica e inovadora, voltada à transformação social, norteadas

em perspectivas holísticas de ação, relacionando o homem e a natureza, principalmente no que se refere à utilização dos recursos naturais. Deve-se entender que eles são finitos e o principal responsável pela sua degradação é o próprio ser humano (Baptista, 2010, p. 13).

2.2 *Gestão adequada dos resíduos gerados*

“Um dos maiores desafios com que se defronta a sociedade moderna é o equacionamento da geração excessiva e da disposição final ambientalmente segura dos resíduos sólidos” (Jacobi et al., 2011, p. 1). O governo federal vem tomando medidas no sentido de fazer com que a Administração Pública tenha um olhar voltado para essa problemática. A publicação do Decreto n.º 5.940/06, que trata da separação e destinação dos resíduos recicláveis na administração pública federal, e a inserção da temática *Gestão Adequada dos Resíduos Gerados* na A3P são exemplos de ações do governo direcionadas para a construção de uma nova cultura institucional na gestão dos resíduos gerados pela instituição pública.

A *Agenda Ambiental na Administração Pública* orienta os gestores públicos para a aplicabilidade da política dos 5 R's (Reduzir, Repensar, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos) antes mesmo de se pensar sobre a gestão dos resíduos gerados. A análise de cada “R”, antes da compra do produto, permite que ele seja adquirido de acordo com a sua real necessidade e que seja selecionado de modo que contribua para a prática da sustentabilidade ambiental, conduzindo, assim, o gestor para a adoção do consumo consciente. “Consumir conscientemente significa, portanto, atentar para os efeitos que este ato acarreta ao meio ambiente e a toda a humanidade e entender o desperdício como uma espécie de «delito ambiental»” (Nunes, 2009, p. 4).

A gestão adequada dos resíduos gerados perpassa por quatro importantes ações: a compra, o consumo, a coleta seletiva e o descarte do produto. O primeiro passo é analisar, criteriosamente, o processo de compra, evitando que sejam adquiridos produtos desnecessários ou inviáveis ambientalmente; assim, já se faz uso de parte do conceito dos 5 R's, ou seja, o **Repensar** e o **Recusar**. Após essa etapa, é preciso consumir de forma racional os recursos naturais e bens públicos, evitando o desperdício. Através de práticas simples, a exemplo do uso da frente e verso do papel, da escolha pela opção do envio de *e-mail* ao invés do impresso para as comunicações internas e externas, da substituição dos copos descartáveis por canecas in-

dividuais não descartáveis e do monitoramento do uso da água e da energia, a instituição poderá auferir reduções de custo significativas e minimizar o impacto ambiental negativo. Nessa fase, faz-se uso do Reutilizar e do Reduzir da política do 5R's. O próximo passo é a coleta seletiva que constitui uma importante ação no processo preliminar da reciclagem. O destino dado ao material separado, seletivamente, fecha, o ciclo da política dos 5 R's, através do uso da ação de Reciclar.

A reciclagem dos resíduos sólidos é uma alternativa viável para propiciar a preservação de recursos naturais, a economia de energia, a redução de área que demanda o aterro sanitário, a geração de emprego e renda, assim como a conscientização da população para questões ambientais (O'Leary et al., 1999 apud Simonetto et al., 2007, p. 3).

Segundo informação da A3P (MMA, 2009, p. 58), no Brasil, apenas 2% do lixo é reciclado, ao passo que, nos EUA e na união Europeia, a reciclagem chega a 40% do total descartado. Esses dados retratam o quanto o Brasil precisa implantar políticas públicas no sentido de sensibilizar os cidadãos para a prática da reciclagem e de despertar a população para a importância dessa ferramenta como meio de ganhos ambientais e econômicos para o país.

2.3 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

No primeiro momento, a temática deste eixo pode causar estranheza quanto a sua associação com a questão ambiental. No entanto, ao analisar alguns artigos da Carta Magna do Brasil, percebe-se a conexão existente entre esses dois temas. O inciso VIII do artigo 200 da Constituição Federal remete a inclusão do ambiente do trabalho no contexto do meio ambiente geral, quando determina que uma das competências do Sistema Único de Saúde é “a de colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho” (CF, 1988). O artigo 225, vinculado ao capítulo VI, que trata do Meio Ambiente, reconhece que a qualidade de vida é essencial para assegurar o direito de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ao se referir à qualidade de vida do cidadão, é inconcebível deixar à margem as condições propícias para o seu bem-estar no ambiente de trabalho. Na sociedade moderna, onde o homem dispensa uma parcela maior do seu tempo dedicada ao trabalho, as condições ambientais em que o trabalhador

é submetido, ao executar sua atividade laboral, constituem um diferencial para a promoção da qualidade de vida da pessoa humana.

... o meio ambiente é um sistema, isto é, um conjunto de diversas partes concatenadas, organicamente articuladas, um todo complexo e auto-implicada. E a categoria básica que informa todo o sistema ambiental é justamente seu caráter difuso já que interessa toda e qualquer forma de vida. Por isso não é possível seu estudo meramente setorizado sem caráter interdisciplinar, porque se cairia em reducionismos e sua compreensão seria distorcida (Araújo, 2010, p. 13).

A Agenda Ambiental destaca a importância de a Administração Pública promover ações no intuito de proporcionar a qualidade de vida no trabalho. Nesse sentido, a A3P orienta que as instituições públicas desenvolvam e implantem programas voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus servidores. Esses programas deverão abranger a satisfação do servidor com o ambiente de trabalho, o melhoramento das condições ambientais gerais, a promoção da saúde e segurança, a integração social, dentre outros aspectos.

2.4 Sensibilização e Capacitação

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades (MMA, 2009, p. 45).

A sensibilização constitui o ponto de partida para o caminho das práticas socioambientais. A própria A3P traz como escopo principal do seu projeto a sensibilização dos gestores públicos para a problemática ambiental. A conquista desse propósito inicial certamente proporcionará um comprometimento maior do gestor para a implantação de ações direcionadas para o cumprimento dos outros eixos temáticos da A3P. Há vários meios para conduzir o indivíduo para um despertar no que concerne a sua responsabilidade em face da atual realidade ambiental que enfrenta o mundo

moderno. A promoção de campanhas, fóruns, congressos e a formação de redes sociais na internet são exemplos de ações educativas que podem auferir bons resultados para o chamado da consciência ambiental.

Outro caminho é inserir temas ambientais no conteúdo curricular do sistema educacional das instituições públicas e privadas, bem como promover a capacitação de pessoal para agir como multiplicador da educação ambiental. Consciente da sua responsabilidade socioambiental, o cidadão tende a mudar hábitos, comportamentos e padrões de consumo o que reflete positivamente no meio ambiente.

É importante compreender que o planejamento de ações destinadas a sensibilizar o educando no tocante à problemática ambiental requer um questionamento a respeito dos padrões de consumo e produção importados dos países ricos, e por nós adotados sob a influência ideológica dos meios de comunicação de massa a serviço dos grupos dominantes, nacionais e estrangeiros, geralmente imbricados uns com os outros (Pelegriani et al., 2011, p. 1).

O grande desafio da atualidade consiste em exterminar com a cultura do desperdício e o consumo desmedido, práticas tão enraizadas na sociedade contemporânea. O processo de sensibilização do indivíduo para as questões ambientais pode representar um caminho para a conquista de uma sociedade mais consciente da sua responsabilidade socioambiental.

2.5 Licitações Sustentáveis

O padrão de consumo e de produção de bens do mundo moderno anda na contramão do caminho da sustentabilidade. Devido ao seu expressivo poder de compra, o órgão público pode representar um forte aliado para a indução da fabricação de produtos que adotem critérios sustentáveis.

[. . .] a compreensão de que o forte impacto das compras governamentais, hoje estimado na proporção de 15% do Produto Interno Bruto, pode concorrer positivamente para que os agentes econômicos passem a investir na produção de bens e serviços ambientalmente sustentáveis, levou o governo federal a investir, com maior ênfase, na normatização das denominadas compras públicas sustentáveis (Valente, 2011, p. 5).

Valente (2011) demonstra que 2010 foi um ano relevante no que tange a publicações legais e ações voltadas para as compras sustentáveis. Em 19-1-2010, foi publicada a Instrução Normativa n.º 1 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão lançou, em 19-4-2010, o Portal de Contratações Sustentáveis do Governo Federal, que contempla portarias, decretos, resoluções e toda a legislação acerca das normas de sustentabilidade ambiental que devem ser aplicadas às compras públicas. Ainda no referido ano, esse Ministério determinou as especificações técnicas, para futuras aquisições, dos chamados “computadores verdes”. Em 15-12-2010, a lei de licitações, 8.666/93, sofreu alteração, através da publicação da Lei 12.349/10, no sentido de acrescentar o contexto da sustentabilidade como critério a ser observado no processo licitatório.

A A3P orienta os gestores para a observância dos aspectos econômicos, sociais e ambientais nas aquisições e contratações de serviços do ente público. Além disso, alerta para o fato de que não basta o atendimento de, apenas, um dos aspectos, mas sim a comunhão dos três para que se obtenha uma proposta, efetivamente, vantajosa para a Administração.

3 Sustentabilidade na UFBA

Neste item serão apresentadas algumas ações desenvolvidas na Universidade Federal da Bahia, voltadas para o contexto da sustentabilidade: o *Programa AGUAPURA*, idealizado pela Rede de Tecnologias Limpas (Tecclim), do Departamento de Engenharia Ambiental (DEA), da Escola Politécnica, sob coordenação do Prof. Asher Kiperstok e o *Projeto Consumo Consciente e Gestão de Resíduos Sólidos na EAUFBA*, da Escola de Administração, idealizado pela professora Maria Suzana Moura e coordenado por uma equipe composta de professores, alunos e funcionários da referida unidade.

3.1 Programa AGUAPURA

O *Programa AGUAPURA* surgiu, em 2001, com o objetivo central de tornar mais eficiente o consumo de água no âmbito da UFBA, por meio de ações voltadas para o combate de perdas e desperdícios. Ademais, o programa buscava colaborar para a implantação da chamada *Tecnologias Limpas*, sensibilizar a comunidade universitária para o uso racional da

água e ampliar essa consciência para outras instituições. Inicialmente, o programa contava com uma equipe formada por três pessoas — o coordenador, um encanador e um auxiliar, que desempenhavam suas tarefas no sentido de executar a manutenção corretiva e o cadastramento de todas as unidades da UFBA (Nakagawa, 2008, p. 25).

Atualmente, a equipe do *AGUAPURA* é composta por uma coordenação geral, uma coordenação executiva, oito bolsistas, que monitoram o consumo de água das unidades, uma pessoa responsável pela equipe de manutenção e dois encanadores e um ajudante, que realizam manutenções preventivas e atendem a chamados de emergência que demandam de pequenos consertos. Com o aumento gradual da quantidade de membros na equipe foi possível implantar ações para maximizar o controle do consumo de água. Assim, em 2004, foi criado o sistema *AGUAPURA VIANET*, que possibilitou o monitoramento contínuo, por meio do lançamento diário da leitura do hidrômetro de cada unidade da UFBA, o que contribuiu para a identificação imediata de perdas e desperdícios de água.

Mediante ações simples, tais como o registro diário do consumo de água, o seu monitoramento e a execução de medidas corretivas e preventivas, foi possível evitar o desperdício em muitas unidades da UFBA e proporcionar uma redução de custo relevante a essa instituição. Em virtude do êxito dos resultados obtidos, o programa *AGUAPURA* transcendeu o ambiente da UFBA, sendo, hoje, aplicado em outras instituições, a exemplo das Escolas Estaduais de Ensino Médio, através do Programa de Educação Tutorial (PET), em parceria como o MEC, e da Secretaria de Administração do Estado da Bahia, através de contrato firmado com a UFBA, sendo que, nessa última instituição, as ações do programa estão sendo aplicadas nos prédios localizados no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

3.1.1 *AGUAPURAVIANET*

O sistema informatizado *AGUAPURA VIANET*, disponível a partir do ano de 2004, proporcionou significativos avanços no controle do consumo de água na UFBA. O sistema, desenvolvido na plataforma WEB, possibilita que cada Unidade registre, através da leitura do hidrômetro, o consumo diário de água. O diretor da unidade deverá indicar uma pessoa, denominado *Responsável pela Unidade (RU)*, para que ela seja cadastrada no *AGUAPURA VIANET* e, a partir de então, fique habilitada a lançar

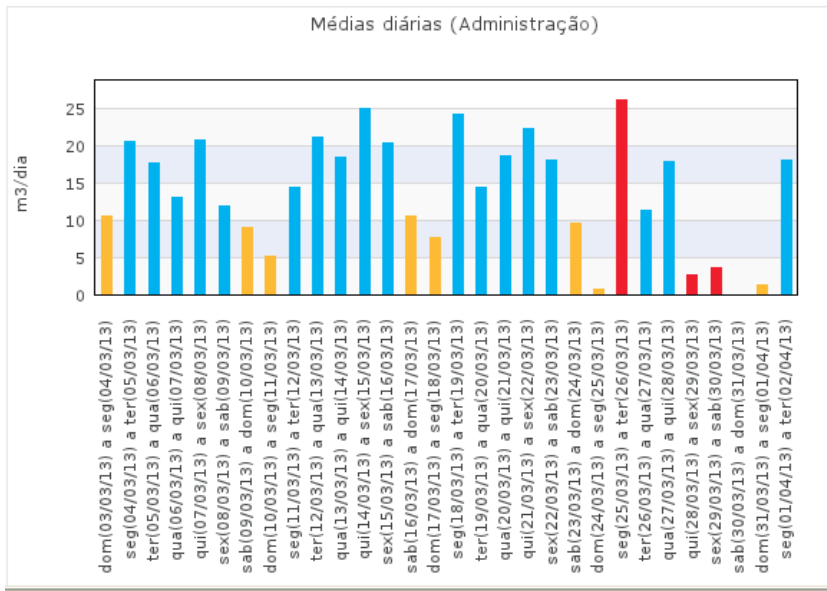
o consumo diário de sua unidade e ter acesso a outras opções disponíveis no sistema.

O programa AGUAPURA optou por manter o procedimento manual de registro do consumo de água ao invés de utilizar automação para aquisição dos dados devido a dois fatores: o custo que seria gerado com implantação de telemetria e o impacto positivo no comportamento, que foi alcançado através da gestão descentralizada, onde o responsável pela unidade faz a atualização dos dados no sistema (Quardros, 2012).

Ao optar em deixar a cargo de cada unidade o lançamento dos dados do consumo da água, o programa conduz a uma gestão participativa e passível de maior rapidez na execução de medidas corretivas, uma vez que o sistema proporciona, no momento do lançamento dos dados, a demonstração, através de gráfico, da variação de consumo diário, permitindo, desse modo, que o usuário identifique, imediatamente, se há alguma discrepância no consumo. Assim, ao ocorrer, por exemplo, um vazamento hidráulico, a própria unidade poderá tomar providências imediatas no sentido de sanar o problema, ou, pelo menos, controlá-lo até a solução definitiva.

Ao lançar o consumo de água da unidade, o sistema gera um gráfico, conforme Figura 1, no qual se pode verificar a variação de consumo dos últimos trinta dias lançados. Ao clicar em uma das barras do gráfico, o usuário poderá inserir alguma observação que considere conveniente relatar. As barras do gráfico que possuem coloração cinza significam que esses dias são fins de semana e em preto representam que o usuário cadastrou alguma observação para aquele dia.

Figura 1. Exemplo de Gráfico gerado pela interface do sistema AGUAPURA VIANET



Fonte: <http://teclim.ufba.br/aguapura/sistema/ru/edit_coleta.php?idtipomedidor=1>.

Concomitante ao monitoramento do consumo de água pelo RU, os bolsistas, vinculados ao programa, também observam se há alguma disparidade no perfil de consumo de água da unidade. Ao detectar qualquer discrepância, o bolsista registra a informação no sistema e encaminha um *e-mail* para o Responsável pela Unidade questionando se houve algum fato relevante que justificasse o ocorrido e, caso não receba uma resposta, em vinte e quatro horas, o referido *e-mail* também é encaminhado para o diretor da unidade para que sejam tomadas as medidas cabíveis, com a maior brevidade possível, as medidas cabíveis.

3.1.2 Serviços executados pelo programa AGUAPURA

Ao analisar os dados lançados no sistema, a equipe de manutenção da AGUAPURA define as medidas que deverão ser executadas no sentido de atingir o objetivo do programa. Assim, poderão ser realizadas manutenções preventivas e corretivas nas unidades. A manutenção preventiva é realizada de forma constante, seguindo uma programação a fim de abarcar

todas as unidades. No entanto, se surgir algum problema, em caráter de urgência, em qualquer unidade, que necessite da intervenção do *AGUAPURA*, a programação preventiva é interrompida a fim de realizar a ação corretiva, e só é retomada após a solução da situação. Essa manutenção corretiva ocorre, geralmente, quando é sinalizado pela unidade. Assim, se for identificado um problema que a unidade não seja capaz de solucionar, o RU poderá solicitar a visita da equipe da *AGUAPURA* para resolver a situação. Do mesmo modo, ao perceber que há uma variação de consumo sem justificativa aparente, o Representante pela Unidade poderá abrir um chamado, para que seja realizada uma varredura no local, a fim de detectar o que está ocasionando esse impacto negativo no consumo.

3.1.3 Resultados alcançados

Ao realizar um comparativo, entre o ano de 2000 e de 2012, do consumo médio mensal de água na UFBA, verifica-se, conforme Tabela 1, que houve uma redução de aproximadamente 38% do consumo de água, o que representa um grande impacto positivo para esta instituição. As ações de combate a perdas e desperdícios, através da implantação do programa *AGUAPURA*, proporcionou uma economia mensal para UFBA em torno de R\$ 200.000,00, sendo que esse resultado poderia ter sido melhor se as taxas da concessionária (Embasa) não tivessem sofrido o aumento apresentado na Tabela 2. Essa redução de consumo torna-se ainda mais relevante se se levar em conta que, no período destacado, houve um crescimento populacional da universidade e que, no ano 2012, muitas obras foram realizadas na UFBA o que motivaram uma elevação de consumo de água.

Esses dados demonstram os benefícios que um programa dessa natureza pode resultar aos cofres públicos e ao meio ambiente. Percebe-se que o conjunto de medidas praticadas no programa não envolve reformas, mudança de equipamentos ou ações extravagantes, ou seja, o simples fato de monitorar o consumo diário e de executar ações corretivas, rapidamente, já é suficiente para proporcionar resultados positivos no combate ao desperdício.

Tabela 1. Consumo de água da UFBA e valores pagos à Embasa em 2000 e em 2012

	2000	2012
Gasto anual (em R\$), incluindo a tarifa de esgoto	2.370.551,93	6.443.210,95
Consumo anual (m ³)	456.100	282.452
Consumo médio mensal (m ³)	38.008	23.538

Fonte: AGUAPURA 2012/Teclim.

Tabela 2. Variação no aumento da tarifa da Embasa de 2000 a 2012

Faixa/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
até 10 m ³	16,95	18,49	19,60	22,64	27,50	30,80	33,60	34,85	39,00	39,00	41,70	45,30	51,15
11-30 m ³	3,21	3,50	3,71	4,29	5,20	5,82	6,35	6,92	7,75	7,75	8,29	9,94	11,22
31-50 m ³	3,37	3,68	3,90	4,50	5,46	6,11	6,68	7,35	8,23	8,23	8,80	9,94	11,22
> 50 m ³	3,98	4,29	4,55	5,26	6,37	7,14	7,80	8,66	9,70	9,70	0,37	11,72	13,23

Fonte: Aguapura 2012/Teclim.

Observações:

1. O valor cobrado até 10m³ é fixo, enquanto nas outras faixas de consumo o valor é por metro cúbico utilizado;
2. As tarifas de 2000 a 2003 são calculados a partir de percentagens de aumento fornecidas pela Embasa tendo como base as tarifas cobradas em março de 2004;
3. As tarifas de 2004 a 2011 são as usadas no fim de cada ano, tendo em vista que a Embasa tem dois aumentos anuais de taxa;
4. A partir do ano de 2011, as taxas intermediárias de 11-30 m³ e 31-50 m³ foram aglutinadas e transformou-se em uma faixa única de cobrança de 11-50 m³.

3.1.4 Dificuldades encontradas

Conforme pode ser observado na Figura 2, há uma parcela significativa de unidades que não participam de forma ativa no lançamento, no sistema, do consumo diário de água. Esse fato constitui um entrave para a conquista de melhores resultados ao programa.

O principal objetivo da equipe de manutenção do AGUAPURA consiste no aspecto preventivo. Contudo, faz-se necessária a intervenção constante dessa equipe na execução de ações corretivas nas unidades em virtude de a Prefeitura do Campus Universitário — que é responsável em realizar esse procedimento — não fornecer um atendimento satisfatório. Esse fato desvia o foco da equipe de manutenção, atrasando a programação das atividades preventivas (Nakagawa et al., 2009, p. 5).

Figura 2. Demonstrativo da participação das unidades no lançamento do consumo diário no sistema *AGUAPURA VIANET*



Fonte: AGUAPURA 2012/Teclim.

3.2 Projeto Consumo Consciente e Gestão de Resíduos Sólidos na EAUFBA¹

O projeto *Consumo Consciente e Gestão de Resíduos Sólidos* surgiu, em 2007, com o objetivo geral de despertar a consciência ambiental da comunidade da Escola de Administração da UFBA (EAUFBA), principalmente no que se refere ao consumo consciente e à gestão adequada dos resíduos sólidos. Através dele busca-se, também, incentivar esse público a ser multiplicador da educação ambiental.

O projeto tem uma coordenação formada por professores, alunos e funcionários da EAUFBA. Esse grupo reunia-se, inicialmente, com uma periodicidade quinzenal e depois passou a se reunir semanalmente, sendo que nos últimos três anos não têm ocorrido reuniões regulares. Nesses encontros, eram definidas as ações necessárias para o atendimento do propósito do projeto.

Ao entender que o processo de sensibilização/aprendizagem do público-alvo era de suma importância para o andamento do projeto, a equipe de coordenação decidiu dividir, estrategicamente, a comunidade da Escola em quatro grupos, a fim de que cada seguimento fosse focado de modo a atender às suas peculiaridades. Assim, foi realizada a seguinte divisão: **estudantes** (envolvendo o Diretório Acadêmico de Administração e de Secretariado, Empresa Júnior de Administração e Secretariado, Bansol e Aiesec), **funcionários** (dos serviços gerais e demais núcleos da Escola), **professores**

¹ As informações contidas nesta seção foram obtidas por meio de entrevista realizada com a professora Suzana Moura, idealizadora do projeto em questão, e documentos não publicados.

(envolvendo os departamentos e colegiados, além do contato individual) e serviços de apoio (reprografia e cantina).

3.2.1 Ações desenvolvidas

O processo de sensibilização da comunidade EAUFBA foi iniciado em 2008. A primeira ação voltada para atendimento desse propósito foi a realização da *Semana do Consumo Consciente*, envolvendo atividades diversas, seguida de ampla reunião com os funcionários, na qual foi apresentado o projeto e definidas as práticas que seriam adotadas para propiciar um consumo responsável nas atividades rotineiras da instituição. Ainda nesse ano, ocorreu uma oficina com funcionários da limpeza a fim de levantar e definir a logística para implantação da coleta seletiva. Para simbolizar a preocupação do projeto com a questão ambiental, na *Semana do Consumo Consciente*, foi plantada a árvore *Biriba*, entre a Escola de Administração e a Faculdade de Educação.

Em 2009, foi realizada a *II Semana do Consumo Consciente* e a inclusão do projeto na programação da *Semana Calorosa*, evento desenvolvido na Unidade para a recepção dos novos alunos. A implantação da Coleta Seletiva foi o marco no referido ano e contou com a colaboração dos alunos da disciplina *Gestão Ambiental*, do curso de graduação em Administração. A referida disciplina foi ministrada de modo a incluir atividades práticas que contribuíssem para a implantação da coleta seletiva na unidade. Assim, foram desenvolvidas ações voltadas para a confecção e divulgação de materiais educativos, envolvendo a temática do *Consumo Consciente*. A partir de então, a disciplina continuou inserindo no seu plano de aula a discussão acerca dos padrões de consumo insustentáveis com o intuito de promover a conscientização dos alunos e de motivar uma mudança comportamental no hábito de consumir.

3.2.2 Resultados alcançados

As ações voltadas para sensibilização da comunidade EAUFBA exortaram os funcionários a assumirem uma conduta coerente no manuseio dos produtos colocados à sua disposição. Assim, a partir das seguintes ações foi possível proporcionar redução de custos para a instituição, bem como benefício ao meio ambiente:

– substituição de copos descartáveis por canecas individuais não descartáveis ou a utilização de apenas um copo plástico por dia favoreceu a uma redução de, aproximadamente, 2.000 copos por semana;

– utilização da frente e verso do papel, a preferência dada pela emissão de comunicação pelo meio virtual ao invés de impressa e a ação de repensar sobre a real necessidade de impressão do documento antes de imprimi-lo, propiciou uma redução no consumo de papel na ordem de 8.000 folhas por mês.

Alguns funcionários relataram que a mudança de comportamento de consumo na instituição, também, proporcionou uma mudança de hábito fora do âmbito do trabalho. Esse tipo de testemunho conduz a uma avaliação positiva a respeito do alcance dos resultados esperados.

3.2.3 Dificuldades encontradas

Ao longo da execução do projeto, foram realizadas muitas tentativas no sentido de encontrar associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis interessadas em fazer o recolhimento dos resíduos coletados e, quando se conseguia interessado, havia atraso na coleta. Isso representou um grande desafio para o projeto, pois a atividade-meio era realizada e a atividade-fim não era executada. A cooperativa Canore, do Nordeste de Amaralina, bairro pobre de Salvador, foi a primeira a assumir a coleta, porém deixou de fazê-la pelo fato de a Prefeitura deixar de disponibilizar um ca-minhão com motorista, uma vez por semana. Outros contatos foram feitos, no entanto sem sucesso, em virtude de aspectos da logística, dentre elas de um local adequado para reunir o material reciclável até o momento do recolhimento, uma vez que é necessário dispor de um quantitativo suficiente para envio à cooperativa. Vale salientar que ainda não foi possível avaliar o desempenho da cooperativa que, atualmente, se dispôs a recolher os resíduos, uma vez que, até o momento, não foi feita nenhuma coleta.

O atraso da coleta dos resíduos gerados, muitas vezes, era proveniente da dificuldade de alguns veículos, em determinados horários, transitarem no estacionamento da Escola, devido à sua lotação. No intuito de encontrar uma solução para a questão, foram feitos vários contatos com a Prefeitura de Salvador, a fim de solicitar caixas coletoras, de grande porte, para fixá-las na área externa do estacionamento, o que facilitaria a coleta. Não foi obtida, entretanto, resposta favorável ao atendimento do pleito.

Essas dificuldades apresentadas constituem um entrave para melhores resultados do projeto, haja vista que, mesmo havendo uma mobilização e empenho no sentido de se efetuar a coleta seletiva, o final do processo, que é o destino do material para a reciclagem, não é realizado.

É possível identificar outros desafios para o avanço do projeto, a saber: a criação de uma estrutura permanente com funcionário e bolsista dedicados ao desenvolvimento das ações até que seja internalizado em todos os segmentos e a logística esteja adequada às necessidades, principalmente no que se refere à coleta seletiva; viabilização de espaço e equipamentos adequados; expansão do trabalho de educação ambiental para além do espaço da disciplina Gestão Ambiental e Consumo Consciente nas Organizações, com envolvimento de outros professores e da direção da EAUFBA.

4 Considerações finais

As ações do *Programa AGUAPURA* e do *Projeto Consumo Consciente e Gestão de Resíduos Sólidos na EAUFBA*, aqui também denominado *Projeto Consumo Consciente*, demonstram conformidade com alguns dos eixos temáticos da *Agenda Ambiental na Administração Pública*.

No que concerne ao primeiro eixo temático, *uso racional dos recursos naturais e bens públicos*, o programa e o projeto, desenvolvidos na UFBA, atendem aos objetivos traçados pela A3P — o *AGUAPURA*, mediante ações voltadas para o combate ao desperdício da água e o *Projeto Consumo Consciente*, por meio do uso racional no consumo dos copos descartáveis e do papel ofício. No entanto, faz-se necessário promover ações para o controle do consumo de energia nas unidades da UFBA, uma vez que esse aspecto é de suma importância no contexto da sustentabilidade ambiental.

A temática do segundo eixo, *gestão adequada dos resíduos gerados*, representa o foco central do *Projeto Consumo Consciente*. Assim, o projeto está estruturado em consonância com as recomendações da A3P. Contudo, as ações efetivamente desenvolvidas não contemplam, ainda, em sua plenitude, todas as etapas necessárias para a gestão adequada dos resíduos gerados. Na etapa de compra, por exemplo, que representa a ação de **Recusar e Repensar**, na política dos 5R's, o projeto necessita apresentar uma postura mais participativa junto à Direção da Escola e ao setor financeiro, a fim de inserir o aspecto da sustentabilidade nas compras efetuadas pela Unidade. Outra etapa que ainda carece de maior atenção é o descarte do material separado, através da coleta seletiva. Percebe-se que se faz necessária uma gestão mais atuante no sentido de superar a dificuldade de se estabelecer uma associação ou cooperativa para a coleta do resíduo gerado. Além disso, é preciso observar as exigências do Decreto n.º 5.940/06, no que se refere à seleção dessas associações e cooperativas.

Ao implantar projetos que envolvem a responsabilidade socioambiental, é preciso dispensar uma atenção especial no que diz respeito ao quarto eixo temático da A3P, *sensibilização e capacitação dos servidores*. Nesse aspecto, o *AGUAPURA* e o *Projeto Consumo Consciente* vêm desenvolvendo ações no sentido de despertar a comunidade envolvida para a importância de se aderir a um programa dessa natureza. Anualmente, o programa *AGUAPURA* desenvolve um seminário dirigido para os Responsáveis pela Unidade e Diretores, a fim de apresentar os resultados obtidos e convocar os envolvidos a assumirem uma participação mais ativa nos lançamentos do consumo de água da sua unidade. O *Projeto Consumo Consciente* inclui a temática ambiental no evento da *Semana Calorosa* e incentiva os professores a inserir, em suas atividades acadêmicas, práticas voltadas para o uso racional dos bens público, a exemplo de desligar o projetor quando ele não for utilizado e usar a frente e o verso do papel ao imprimir material distribuído aos alunos. Outra iniciativa importante do *Projeto Consumo Consciente* consiste em envolver os alunos da disciplina *Gestão Ambiental* no desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento do propósito do referido projeto.

O programa e o projeto, em estudo, não contemplam o terceiro e quinto eixos temáticos da A3P, *qualidade de vida no ambiente de trabalho e licitações sustentáveis*, respectivamente. Entretanto, é possível que haja outras ações na UFBA voltadas para essa temática. Assim, como trabalho futuro, pretende-se fazer um levantamento em outras unidades dessa Universidade no sentido de identificar projetos e programas que atendam às recomendações da Agenda Ambiental na Administração Pública.

Referências

- ARAÚJO, Norma Martins Melo de. *Direito ao meio ambiente do trabalho saudável como direito fundamental*. Monografia (Pós-Graduação *lato sensu* TeleVirtual em Trabalho e Processo do Trabalho), 2010. Disponível em <[http://www.nucleotrabalhistacalvet.com.br/artigos/NORMA.MARTINS - Monog_Meio_Ambiente_do_Trab_e_Dignidade_Pess._Humana.pdf](http://www.nucleotrabalhistacalvet.com.br/artigos/NORMA.MARTINS-Monog_Meio_Ambiente_do_Trab_e_Dignidade_Pess._Humana.pdf)>; acesso em 18-3-2013.
- BAPTISTA, Vinícius Ferreira. “A relação entre o consumo e escassez dos recursos naturais: uma abordagem histórica”. *Saúde&Amb. Rev.*, Duque de Caxias, vol. 5, n.º 1, pp. 8-14, jan.-jun. 2010.

- BRASIL. *Constituição* (1988). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>; acesso em 13-3- 2013.
- HISATUGO, Erika & MARCAL JUNIOR, Oswaldo. “Coleta seletiva e reciclagem como instrumentos para conservação ambiental: um estudo de caso em Uberlândia, MG”. Soc. nat. (*on-line*), Uberlândia, vol. 19, n.º 2, dez. 2007.
- JACOBI, Pedro Roberto & BESEN, Gina Rizpah. “Gestão de resíduos sólidos em São Paulo”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 25, n.º 71, pp. 1-17, jan.-abr. 2011.
- KANAN, Lilian Aparecida. “Consumo sustentável & economia solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia”. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, vol. 23, n.º 3, pp. 1-10, set.-dez. 2011.
- KRUGER, Silvana Dalmutt et al. “Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P)”. *Revista GUAL*, Florianópolis, vol. 4, n.º 3, pp. 44-62, set.-dez.2011.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *A3P: Agenda ambiental na administração pública*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/8852>>; acesso em 24-3-2013a.
- . Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/informma/item/9114-pr%C3%A1ticas-sustent%C3%A1veis-no-cotidiano-do-governo>>; acesso em 24-3-2013b.
- . *Cartilha A3P: Agenda ambiental na administração pública*. 5.ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>; acesso em 20-4-2012.
- NAKAGAWA, Alessandra Keiko. *Caracterização do consumo de água em prédios universitários: o caso da UFBA*. Mestrado em Gerenciamento de Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo), 2008. Disponível em <http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/dissertacoes/dis_keiko_nakagawa.pdf>; acesso em 5-3-2013.
- NAKAGAWA, Alessandra Keiko et al. *Programa de uso racional da água em uma universidade: metodologia e resultados*. In: 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Recife, PE, 2009. Disponível em < http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/publicacoes/pub_art92.pdf>; acesso em 5-3-2013.

- NUNES, Débora. “Crise climática global e mudança de comportamento de consumo nas IES brasileiras: testando novas tecnologias sociais”. [2009]. Disponível em < adm.ecod.org.br/conteudo/.../crise-climatica-e-consumo.../arquivo>; acesso em 20-3-2013.
- PELEGRINI, Djalma Ferreira & VLACH, Vânia Rúbia Farias. “As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem”. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, vol. 23, n.º 2, ago. 2011.
- QUADROS, Alan Argollo dos Santos et al. “Sistema de Apoio gestão da demanda e uso racional da água em edificações públicas: AGUAPURA VIANET”. [2012]. Disponível em <http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/publicacoes/pub_art127.pdf>; acesso em 5-3-2013.
- VALENTE, Manoel Adam Lacayo. “Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública”. Biblioteca Digital Câmara, 2011, Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5704/marco_legal_valente.pdf?sequence=1>; acesso em 19-3-2013.

Resumo

Os debates voltados para o desenvolvimento sustentável vêm ganhando espaço crescente na sociedade moderna. A Administração Pública, como gestora de políticas públicas, não poderia ficar alheia a essa temática. Nesse sentido, o governo federal desenvolveu a *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)* com o propósito de sensibilizar os gestores públicos para a adoção de práticas socioambientais nas suas atividades rotineiras. Este artigo tem por objetivo verificar a consonância existente entre a A3P e duas ações desenvolvidas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o *Programa AGUAPURA* e o *Projeto Consumo Consciente e Gestão de Resíduos Sólidos na EAUFBA*. Ao analisar os cinco eixos temáticos apresentados na A3P, observa-se que as iniciativas da UFBA, apresentadas neste estudo, seguem em direção a três deles, embora essas ações não tenham sido criadas no sentido de atender às exigências da Agenda Ambiental na Administração Pública.

Palavras-chave: Sustentabilidade Ambiental. Gestão Ambiental. Agenda Ambiental na Administração Pública. Instituição de Ensino Superior.

Abstrat

Currently there is a growing debate going on about Sustainable Development. The field of Public Administration, on which Public Policies are conceived, could not lay apart from this debate. Thus the Brazilian federal government founded the Public Administration Environment Agenda (A3P) aiming to foster public managers to assume environmental practices on their daily work. This article examines whether there is consistency on what UFBA does with regard of sustainable practices and what A3P recommends. Specific projects such as Aguapura (Clear water) and the Project for Conscious Consumption and Solid Waste Management within Ufba will be analysed. Results shows that only three recommendations from A3P were met by Ufba's projects. Nevertheless those projects were conceived to show conformity with A3P.

Key words: Environmental sustainability. Environmental Management. Environment Agenda in Public Administration. University.